

**PRASHAD, Vijay. The poorer nations: a possible history of the Global South. Nova York: Verso, 2012. 300p. ISBN: 9781844679522**

**ARTHUR DERENUSSON KOWARSKI<sup>i</sup>**

**Palavras-chave:** Sul Global, Comissão do Sul, Cooperação Sul-Sul.

“*The poorer nations: a possible history of the Global South*”, obra de autoria de Vijay Prashad, trata de assuntos fundamentais para o estudo da Cooperação Sul-Sul: as articulações políticas e o contexto pelo qual foi possível a erupção do Sul Global a partir de seus atores políticos principais no cenário internacional. Se em seu livro anterior “*The darker nations: a people’s history of the Third World*”, Prashad, nascido na Índia e atualmente professor de Estudos Internacionais do Trinity College, de Connecticut, Estados Unidos, centrou sua análise na formação política do Terceiro Mundo a partir da união de novos Estados em processo de descolonização e do papel de líderes nacionais em eventos como a Conferência de Bandung (1955) e o Movimento dos Países Não Alinhados, em “*The poorer nations*” se delimita a estudar como os países do Sul vêm construindo uma agenda coletiva em instituições internacionais de paz, justiça e desenvolvimento.

O autor salienta que o Terceiro Mundo e sua versão atualizada - o Sul, não são apenas em um espaço geográfico, e sim um projeto político urdido a partir de meados do século XX e que rejeitou os princípios da ordem internacional colocada pelo conflito entre as superpotências Estados Unidos e União Soviética. A questão principal nas relações internacionais não era o conflito entre o capitalismo democrático norte-americano e o socialismo autoritário soviético; mas o desnível entre o Norte desenvolvido e o Sul subdesenvolvido em função da persistência de laços de subordinação econômica, que persistiram no cenário pós-colonial, malgrado o status formal de independência dos países do último bloco.

Para o autor, a discrepância das condições econômicas entre Norte e Sul, mesmo diante do avanço constante da integração internacional por meio de instituições (como os blocos regionais, o GATT, o FMI e o Banco Mundial), foi um dos temas fundamentais que articulou politicamente os países do Sul, tendo sido originalmente pensadas por intelectuais latino-americanos, como Raúl Prebisch, Celso Furtado e aqueles que se debruçaram sobre a questão da dependência (tal como Fernando Henrique Cardoso). Assentado sobre a tese de que as principais instituições do capitalismo na segunda metade do século XX perpetuavam e reproduziam a distorção entre um centro desenvolvido e dinâmico, e uma periferia dependente e condenada à pobreza, o grupo organizado de países do Terceiro Mundo construiu um movimento político se utilizando dos organismos multilaterais da ONU, contribuindo para a construção da UNCTAD, que culminou no apelo por uma Nova Ordem Econômica Internacional, em 1973. A agenda por essa nova ordem continha: reformas das instituições financeiras, transferências diretas de tecnologia e a formação de cartéis de exportadores de matérias-primas.

<sup>i</sup> Mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

Endereço para correspondência: Rua Martins Pena, 41/101, Rio de Janeiro, RJ. CEP 20270270.

E-mail: [ardk07@gmail.com](mailto:ardk07@gmail.com)

Recebido em 02 de outubro de 2013  
Received on October 2, 2013

Aceito em 06 de outubro de 2013  
Accepted on October 6, 2013

DOI 10.12957/rmi.2013.8439

Partindo desse cenário, Prashad narra de que forma os países desenvolvidos - o Norte - reagiram diante do ativismo dos países do Sul em torno dessa agenda. Para o autor, a própria formação do G7, em meados dos anos 1970, pode ser compreendida como uma resposta à demonstração de força dos países do Sul, e aos fenômenos sociais e econômicos de suas próprias sociedades. Assim, em meio à ruptura do Sistema Bretton Woods, realizada pelos Estados Unidos em 1971 com a desvinculação do dólar ao ouro, os países do G7 decidiram por uma agenda cujo privilégio fosse o setor financeiro que se fortalecia economicamente; o que Prashad denominou de “projeto atlântico”, também compreendido como projeto neoliberal. Dessa maneira, quebraram a unidade dos países do Sul, sobretudo na OPEP, que nada mais foi, nesse contexto, que um projeto de cartel de produtores de matérias-primas – no caso o petróleo – que vingou, ao contrário de outras tentativas em outros campos, como a bauxita, manganês etc.

Na virada dos anos 1970/1980, o projeto terceiro-mundista soçobrava nas tormentas da crise da dívida externa, ressaltando as fragilidades e vulnerabilidades dessas economias. Juntando os cacos durante a década de 1980, os enfraquecidos países do Sul repensaram sua agenda diante do cenário de crise que passou a salientar as diferenças entre os países do Sul, tais como os gigantes: Brasil, Índia, China, Malásia, Indonésia, México, dentre alguns outros, e os mais pobres dentre esses (contemplando a imensa maioria de países africanos). Assim, foi criado na Comissão do Sul - órgão responsável por uma nova agenda e chefiada pelo economista indiano e atual primeiro-ministro Manmohan Singh-, o conceito de Cooperação Sul-Sul, já que o Norte mostrava-se pouco apto à apoiar medidas de diminuição do desnível das condições de vida entre Norte e Sul; ao invés disso, propondo a “terapia de choque” com o controle estratégico sobre instituições como o Banco Mundial e o FMI, coube aos países do Sul de maior desenvolvimento relativo do bloco liderar a iniciativa de desenvolvimento pelo investimento econômico e por novas formas de cooperação e ajuda do que as sancionadas pelo modelo dos países do Norte, que conseguiam retomar o

controle sobre os órgãos de cooperação no seio da ONU.

O grande mérito do livro é relatar como as instituições multilaterais criadas a partir de meados do século XX vieram a se tornar campo de conquista de posições, por meio de posições-chave em determinadas instituições, em redes de políticos e burocratas a partir de duas agendas distintas. Dessa maneira, os países do Sul puderam criar dentro da ONU, e não fora dela, uma agenda de reforma das instituições internacionais, cujo apelo por uma Nova Ordem Econômica Internacional foi apenas uma tentativa, visto que a agenda por reforma das instituições continua na Ordem do dia no século XXI. No entanto, o livro possui outros dois méritos que valem a pena serem destacados; em primeiro lugar, a atenção e zelo na identificação da linhagem da agenda política do Sul; muitas vezes ignorada na literatura mais tradicional das Relações Internacionais pensada e analisada nos países do Norte. A questão da segurança e a oposição tradicional entre democracia representativa e autoritarismo de Estado dão espaço à centralidade do desenvolvimento e da coexistência entre desenvolvimento e subdesenvolvimento na relação entre Norte e Sul. De outro modo, a surpresa em torno da “novidade” de “ascensão do Sul” no atual cenário internacional não pode ser compreendida como um fenômeno fortuito, mas o fruto maduro de um esforço de articulação, delineado nesta obra, constituído com base em leituras e formulações próprias, a partir do reconhecimento mútuo. Tampouco se pode argumentar que essa mesma “ascensão do Sul” esteja seriamente ameaçada em função de uma redução da taxa de crescimento no cenário atual. Em segundo lugar, o outro mérito é a apresentação de uma visão crítica dos BRICS. Ainda que o autor mantenha um distanciamento das estratégias de crescimento desse grupo de países - às quais denomina de “neoliberalismo com características do Sul”-, sem impor um modelo institucional e ideológico alternativo à ordem internacional dominante, os BRICS têm o mérito de esboçar um desafio ao Norte, de forma a abrir espaço para novos arranjos internacionais fora do “neoliberalismo imperial”.